

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O alerta de Fachin

Relator da Lava Jato aponta fatores que levarão a retrocesso civilizatório se não forem neutralizados

O relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, mostra-se preocupado com a higidez da democracia brasileira. Numa rara entrevista, concedida a esta *Folha*, o magistrado teceu um raciocínio interessante, amalgamando três gêneros de corrupção a ameaçar o país.

O primeiro seria o da concentração do poder político, o segundo, o da promiscuidade entre o poder econômico e o Estado, e o terceiro, o da criminalidade do colarinho branco dentro do serviço público.

Em todos esses flancos, diz Fachin, há sinais de deterioração. É difícil discordar do diagnóstico, a julgar pela própria situação da Lava Jato, em xeque em razão de seus próprios erros, mas também pela reação de malfetores influentes que desejam escapar da punição.

Os excessos notórios da operação comandada de Curitiba por um grupo de procuradores, sob o crivo do então juiz Sergio Moro, passam por rigorosa revisão no próprio STF. Essa parte saudável do processo, no entanto, vem acompanhada de um cerco político ao legado positivo da operação, que foi o de submeter elites, outrora imunes e à vontade para saquear o Estado, ao risco de condenação.

A melhor saída desse quadro seria, como anseia Edson Fachin, derrotar o lavajatismo — o pastiche que confundiu o dever funcional de agentes públicos de per

seguir a corrupção com devaneios ideológicos e político-partidários —, mas manter vivo e sóbrio o espírito republicano da operação. Nada disso será possível se o que o ministro chamou de “processo desconstituinte”, que associa sem nomear à ascensão de Jair Bolsonaro, conseguir se aprofundar.

A excessiva participação de militares no governo, a intimidação contra o Poder Legislativo e o Judiciário, o incentivo às armas na sociedade, a campanha bolsanarista para desacreditar o sistema eletrônico de votação e as ameaças de tropicalizar arruaças do trumpismo em caso de derrota eleitoral são elementos a que Fachin alude para sustentar seus temores.

De fato, esse conjunto de fatores concorre para retardar, se não para reverter, a marcha civilizatória da sociedade brasileira. As instituições do Estado democrático de Direito, entre elas o Supremo Tribunal Federal, têm conseguido evitar estragos maiores, não sem despendem enorme quantidade de energia.

O conúbio recente do presidente da República com a nata da política tradicional e paroquial foi o resultado prático do seu estrechoque com aquele rochedo institucional. Percebeu que estaria em apuros se não mudasse no mínimo de tática.

Que ninguém se iluda, porém, sobre alterações profundas na mentalidade presidencial. Alio o cesarismo continua ativo como sempre.

Sem proteção

Inação governamental ante megavazamentos de dados relativos a cidadãos é inaceitável

Passadas três semanas desde a descoberta de um vazamento de dados pessoais que expôs informações de milhões de brasileiros, é chocante a inércia demonstrada pelas autoridades diante do problema — que voltou a ser detectado nesta quarta-feira (10).

O primeiro incidente foi revelado no fim de janeiro por especialistas em segurança digital, que calcularam em 220 milhões o número de atingidos, cifra que incluiu provavelmente pessoas que estão mortas.

Documentos de identificação pessoal, informações financeiras e registros de empresas e veículos passaram a ser negociados nos subterrâneos da internet, tornando os titulares dos dados vulneráveis a golpes de todo tipo.

A Polícia Federal abriu investigações para saber o que aconteceu e buscar os responsáveis pelo vazamento e pela comercialização dos dados, mas as averiguações ainda se encontram em fase inicial.

Não há, no entanto, nenhum esforço das autoridades para coordenar ações das várias agências com potencial interesse no assunto, orientar os consumidores e buscar meios de protegê-los contra o mau uso dos suas informações.

Desde o ano passado, quando entrou em vigor a Lei Geral de Prote-

ção de Dados, o Brasil conta com uma legislação avançada para lidar com esse tipo de risco, mas muitos dos seus dispositivos ainda dependem de regulamentação.

Encarregada de zelar pelo cumprimento da norma, a recém-criada Autoridade Nacional de Proteção de Dados ainda está se organizando e somente nesta quarta (10) publicou uma nota sobre o vazamento, com informações escassas e orientações vagas.

Em vez de esclarecimentos, o órgão usou boa parte do documento para dizer que não sabe o que ocorreu e se eximir de responsabilidade por eventuais danos, sugerindo que o problema pode ter começado antes de sua criação.

É possível fazer mais, e não é preciso esperar que as investigações da polícia cheguem a uma conclusão. Campanhas de comunicação, critérios mais rigorosos para autenticação de usuários de celulares e outras medidas simples contribuiriam para proteger e conter riscos.

A inação das autoridades é ainda mais alarmante num momento em que governos, empresas e birôs de crédito acumulam quantidades crescentes de dados dos indivíduos a quem oferecem serviços. É urgente reforçar os cuidados para que a proteção seja efetiva.



Privacidade só quando convém

Gabriela Prioli

SÃO PAULO A segunda turma do STF manteve a decisão que garantia ao ex-presidente Lula o acesso às mensagens apreendidas pela PF na operação Spoofting. Não há nenhuma decisão sobre o uso das mensagens como prova. O dano publicitário, porém, não depende da formalidade do processo. Moro sabe disso.

Sabe porque se valeu desse expediente na operação que, sucesso de marketing, o levou ao ministério. Quem não se lembra do áudio interceptado ilegalmente e divulgado pelo então juiz para influenciar o ânimo dos brasileiros? O STF decidiu que a conversa não poderia ser usada como prova, mas o estrago estava feito.

O problema de uma operação como a Lava Jato, pervertida pela promiscuidade, é que ela, em vez de fortalecer o combate à corrupção, esvaziava. A concentração de poder nas mãos de um juiz e de alguns poucos procuradores, pela distribuição dos processos e em termos publicitários, fez com que só a eles se vinculasse a luta pela moralidade na vida pública. Pelo erro de alguns, paga-

rá o preço a agenda como um todo.

A favor do combate à corrupção estavam — e estão — os que defendem que ele seja empreendido dentro da legalidade e sem personalismos. Quem prejudica não é quem aponta ou reconhece a falha, mas quem falhou.

Agora, por motivos distintos, estarão na mesma trincheira contra a operação aqueles que a criticam por apreço ao texto constitucional (entre os quais me coloco) e os que contra ela se colocam, inversamente, pelo desprezo à Constituição e às leis.

É como o juiz das garantias, sancionado por Bolsonaro. Você pode ser a favor do juiz das garantias para aprimorar a imparcialidade essencial ao Judiciário, o que é bom. Ou você pode ser a favor dele para proteger o Flávio, o que é péssimo. De um lado, o interesse protegido é o dos cidadãos de modo geral; do outro, é o do meu filho.

Talvez a nossa vida nessa República seja uma eterna instrumentalização de interesses legítimos em favor de interesses escusos.

O alerta do general

Bruno Boghossian

BRASÍLIA A cúpula do Exército trabalhou por dois dias para redigir um par de tutelas que seria divulgado pelo general Eduardo Villas Bôas em 3 de abril de 2018. Naquela noite, o então comandante publicou mensagens que falavam em “repúdio à impunidade” e que ficaram marcadas como uma pressão sobre os ministros do STF que julgariam um habeas corpus do ex-presidente Lula.

Segundo Villas Bôas, o texto foi escrito por “integrantes do Alto Comando” e recebeu sugestões de “comandantes militares de área”. Da trama que envolveu a cúpula da Força, saíram 74 palavras que citavam um Exército “atento às suas missões institucionais”, num aceno óbvio a defensores de uma intervenção militar.

O ex-comandante narrou o caso como se descesse os caminhos burocráticos de um memorando pelos escaninhos do Exército. Num entrevista ao pesquisador Celso de Castro para o livro “General Villas Bôas: conversa com o comandante”, ele tentou revestir a mensagem de boas intenções, mas o relato não es-

condeu a intimidação ao Supremo.

Villas Bôas afirmou que, na véspera do julgamento que poderia deixar Lula fora da cadeia, o Exército tinha preocupação com o “extravassamento da indignação” de grupos que pediam uma intervenção militar. Disse ainda que o “público interno” da Força tinha “ansiedade semelhante” e acrescentou que o objetivo dos tutés era “um alerta, muito antes do que uma ameaça”.

Faltou explicar a diferença entre uma ameaça e um alerta feito pelo comandante de tropas armadas. Além disso, se a intenção era acalmar militares irritados e os golpistas que ele mesmo já definiu como treloucados, não faria sentido mandar nenhum alerta. O depoimento mostra que aquelas mensagens eram uma advertência com endereço certo: os 11 ministros do Supremo.

Páginas à frente, Villas Bôas comenta a eleição de Jair Bolsonaro e diz que o Exército tinha “preocupação de que a política voltasse a entrar nos quartéis”. Faltou ao general emitir um segundo “alerta” em 2018.

2022 já começou

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Lula está certo ao lançar o nome de Fernando Haddad como pré-candidato do PT à Presidência. Mesmo que seja sem convicção. Ainda que seja apenas para se posicionar e deixar claro que se enfrenta ampla sô se for com o PT na comissão de frente. Só não vê quem não quer: 2022 já começou.

É bom lembrar que Jair Bolsonaro começou sua campanha para 2018 anos antes, quando se desfilou do PP e disse sonhar ser presidente. Em novembro de 2016, ao prestar depoimento num processo contra o então deputado Jean Wyllys por quebra de decoro, voltou a afirmar que seria candidato “quer gostem ou não”.

Eleito e empossado, Bolsonaro se dedica com afinco a apenas duas atividades. Uma delas é tirar férias. Em plena pandemia, o presidente foi descansar no litoral paulista no fim do ano. Agora vai curtir o Carnaval em Santa Catarina, para pescar, quando o país chega a 235 mil mortes. A outra prioridade é fazer campa-

nia, desta vez para 2022. As pautas de “costumes” que o governo defende no Congresso, por exemplo, são na maioria das vezes apenas combustível para Jair animar sua torcida a fazer barulho. Gostem ou não, o presidente já está em vantagem. O que os possíveis candidatos à Presidência esperam para colocar o bloco na rua? Há quem diga que é muito cedo, que o normal seria esperar o ano eleitoral. O Brasil não é um país normal, não vivemos um momento normal, não temos uma democracia normal.

O eleitor quer saber quais são as alternativas, quem vai se juntar com quem, se tem frente ampla, qual alternativa à esquerda é intransigente de Lula de insistir em ser a única força com chances de segundo turno. O que pode parecer cedo, talvez seja necessário. Sem impeachment, ter o debate desde já coloca os presidenciais na mesma página. E nos traz um pouco de esperança de já pensar num possível cenário pós-Bolsonaro.

A prioridade é devastar

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

Na semana passada, o presidente da República entregou ao novo titular da Câmara dos Deputados a pauta legislativa de interesse do Executivo, contendo 35 projetos já em tramitação no Congresso. Quem tem tantas metas a rigor não tem nenhuma. Ainda mais quando se considera o escasso tempo — coisa de um ano — antes que as disputas voltadas para as próximas eleições paralisem os trabalhos legislativos.

Em meio à pandemia, é de estarrecer a ausência de qualquer iniciativa para fortalecer o sistema público de saúde, apoiar as redes de escolas públicas confrontadas com o desafio da reabertura em circunstâncias difíceis ou, enfim, para fortalecer a capacidade do país de produzir ciência e conhecimento aplicado a fim de enfrentar a calamidade sanitária.

Em compensação, quatro projetos, considerados prioritários pelo presidente, tem tudo para agravar a devastação da Amazônia e colocar em perigo o modo de vida — e não a própria existência — de suas populações originárias.

Menina dos olhos de Bolsonaro, a mineração nas terras teoricamente protegidas que esses povos, por lei, ocupam é objeto do projeto de lei 191/2020, que pretende regulamentar a exploração de recursos minerais — incluindo o garimpo —, hidriscos e orgânicos naquelas reservas. Já praticados de forma ilegal, se guiados por regras frouxas, mineração e garimpo poderão desfigurar 50% das terras indígenas da Amazônia Legal, 28% delas em toda sua extensão, afetar 28 comunidades indígenas e cerca de 65 povos isolados, segundo calcula o ISA (Instituto Socioambiental).

A regularização fundiária é tratada no projeto de lei 2633/2020, que substituiu a chamada medida provisória da grilagem (MP 91c) e que, no entender dos especialistas, ao estimular a ocupação predatória e ilegal de terras, pode produzir retrocesso ambiental.

A lista do desastre se completa com os textos que tratam do licenciamento ambiental (projeto 3729/2020) e das concessões florestais (5518/2020). Nos dois casos, um cabo de guerra opõe os defensores de normas claras que imponham custos elevados à depredação que mexem os pauzinhos junto ao governo pela licença ilimitada para desmatar.

Os destinos da floresta e de seus povos são inextricáveis: é o que torna o Brasil original como cultura e decisivo, graças ao seu patrimônio ambiental, para o futuro do planeta — valores espeziados pela combinação de cegueira, ignorância e voracidade destrutiva da extrema direita que desgoverna o país. O Legislativo terá de enfrentar mais uma vez o desafio de impedir o pior. Resta saber se terá ânimo para tanto. mherm@usp.br